

O jornalismo investigativo na série de reportagens “Nega-te a ti mesmo” da Agência Pública¹

Letícia Gouveia Veras²
Priscila Ferreira Perazzo³

Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, SP

RESUMO

O presente artigo busca analisar as sete reportagens do especial “Nega-te a ti mesmo”, da Agência Pública de Jornalismo Investigativo em parceria com outros veículos da América Latina, com o objetivo de identificar quais características do jornalismo investigativo estão presentes nessa produção jornalística. De uma pesquisa exploratória e documental, conclui-se que os textos das reportagens analisadas relatam métodos de apuração variados, que se encontram dentro das características do jornalismo de interesse público. As reportagens revelam violações dos direitos das pessoas LGBTQIA+ e pautam um debate acerca do tema, com o intuito de causar impactos na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo investigativo; Agência Pública; Interesse Público.

1. INTRODUÇÃO

O jornalismo ocupa um lugar relevante na promoção das instituições democráticas (FERREIRA, 2011). Por meio dele, as pessoas se informam sobre questões de interesse público, sendo seu principal objetivo “proporcionar aos cidadãos a informação de que necessitam para serem livres e autônomas” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 17). Trata-se de comunicação de interesse público, por ser “toda a ação de comunicação que tem por objetivo primordial levar uma informação à população que traga resultados concretos para se viver e entender melhor o mundo” (COSTA, 2006, p. 20).

Dentro das diferentes segmentações da área, o jornalismo investigativo se encaixa na definição de comunicação de interesse público ao promover uma criteriosa investigação sobre temas em que os beneficiários serão sempre a sociedade e os cidadãos (COSTA, 2006, p. 20).

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do 26º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 1º a 3 de junho de 2023.

² Graduada do Curso de Jornalismo da USCS, email: leticia.gouveiav@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da USCS, Docente Permanente do PPGCOM-USCS, email: priscila.perazzo@online.uscs.edu.br

Há autores que defendem que todo jornalismo é investigativo, pois toda matéria jornalística deve ter um rigor técnico de apuração. Entretanto, Fortes (2005, p. 8) defende que “é preciso libertar-se da concepção simplista, embora essencialmente verdadeira, de que todo jornalismo é investigativo. Essa não é uma verdade absoluta, nem mesmo para casos carimbados com a marca”.

Não é porque o conteúdo da reportagem denuncia um caso de corrupção ou algum escândalo na política que pode ser considerada uma investigação (FORTES, 2005, p. 8). Segundo Sequeira (2005, p. 63), “é o processo de trabalho do repórter que diferencia a reportagem investigativa de outros tipos de reportagem”.

Dentre os objetivos do jornalismo investigativo, de acordo com Quesada (1987, p.84), estão a averiguação do funcionamento das instituições públicas, os mecanismos burocráticos e outros fatores que afetam diretamente a vida do cidadão, mas que ele não tem como desvendar sozinho.

Sendo assim, além da característica de apuração rigorosa dos fatos, o jornalismo investigativo se caracteriza por ter um caráter de interesse público, uma vez que traz informações que revelam acontecimentos importantes para a sociedade.

O jornalismo investigativo induz o público a dar sua opinião sobre as revelações em pauta e implica que as organizações jornalísticas consideram isso importante – digno de um esforço especial. Nesse sentido, a reportagem investigativa envolve não só projetar uma luz sobre determinado assunto, como usualmente utiliza um enfoque condenatório quando alguma coisa está errada. Os jornalistas deveriam ser cuidadosos nesses casos, apresentando provas para ir em frente, sobretudo porque a maioria das matérias pode ser estruturada ou como revelações escandalosas ou como material noticioso. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p.188)

Para ter esta liberdade editorial, muitos veículos se nomeiam como “independentes” e conseguem produzir conteúdos a partir de novos modelos de produção, que fogem de patrocínios e assinaturas, como, por exemplo, programas de *membership*, em que os próprios leitores financiam os veículos.

Assim, o jornalismo independente é definido “por ser um jornalismo realizado sem vinculação econômica ou editorial a grandes grupos empresariais, na perspectiva de contraposição à mídia convencional” (REIS, 2017, p. 194). Isso porque os anúncios publicitários nos jornais configuram um certo conflito de interesses, fazendo com que o jornal não possa publicar um escândalo envolvendo seu anunciante, por exemplo. Segundo Fortes (2005, p. 5):

A experiência brasileira tem mostrado que o grau de relevância dos veículos de comunicação, com consequências no fluxo de receita publicitária, mantém-se na relação direta entre a manutenção de interesses econômicos e as grandes reportagens, sobretudo as que resultam em mudança de cenário político.

Seguindo estas denominações, a Agência Pública é um veículo independente de jornalismo investigativo fundado por jornalistas mulheres em 2011, responsável por um modelo pioneiro de jornalismo digital no Brasil. Na aba “Quem Somos” do site jornalístico, a Agência Pública afirma que todas as suas reportagens “são feitas com base na rigorosa apuração dos fatos e têm como princípio a defesa intransigente dos direitos humanos”.

O *corpus* de análise deste artigo será o especial “Nega-te a ti mesmo”, uma série de reportagens investigativas publicada em 17 de dezembro de 2020, coordenada pela *Agência Pública* e realizada em parceria com *Ojo Público* do Peru, *El Surtidor* do Paraguai, *Mexicanos contra la corrupción y la impunidad*, do México e *La Barra Espaciadora*, do Equador.

A investigação é resultado de uma apuração em cinco países da América Latina que revela a atuação do Exodus, uma rede de religiosos que utilizava terapias de conversão para reprimir a homossexualidade e a identidade de gênero. Foram ouvidas vítimas que relataram abusos e violação de direitos humanos por parte do grupo religioso.

Este artigo tem como objetivo identificar quais características do jornalismo investigativo estão presentes no especial. Além disso, será possível classificar as reportagens a partir das fontes consultadas, métodos de apuração e a relevância para o interesse público e defesa dos direitos humanos, baseando a análise em estudos sobre o jornalismo investigativo e independente na América Latina, a partir de uma pesquisa exploratória e documental.

2. JORNALISMO INVESTIGATIVO E DE INTERESSE PÚBLICO: O ESPECIAL “NEGA-TE A TI MESMO”

O especial “Nega-te a ti mesmo” é uma série de sete reportagens investigativas coordenada pelo veículo Agência Pública e realizada em parceria com *Ojo Público*, do Peru, *El Surtidor*, do Paraguai, *Mexicanos contra la corrupción y la impunidad*, do México e a repórter Desirée Yépez, para *La Barra Espaciadora*, do Equador.

As reportagens tratam da organização internacional evangélica Exodus Global Alliance, um grupo cristão que atua para reprimir a homossexualidade e identidade de gênero trans. A rede está presente em diferentes continentes e é marcada por defender as terapias de conversão, ou “cura gay”, como são popularmente conhecidos os conjuntos de técnicas para tentar mudar a orientação sexual ou identidade de gênero de pessoas LGBTQIA+.

Segundo o relatório de 2020 da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex (ILGA World), o termo “terapia de conversão” é a expressão guarda-chuva mais utilizada para se referir às práticas que buscam modificar a orientação sexual, identidade ou expressão de gênero de uma pessoa. Mas, é como “cura gay” que ficaram conhecidas as tentativas de fazer com que as pessoas se encaixem dentro dos padrões heteronormativos (de quem sente atração somente pelo sexo oposto) e cisgênero (pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao nascer) podendo também serem chamadas de terapias de reorientação ou restauração sexual.

Em 2013, a Exodus Internacional comunicou seu fechamento nos Estados Unidos, entretanto, este não foi o fim da organização. Na série de reportagens da Agência Pública, publicadas em 17 de dezembro de 2020, é revelado como a Exodus estava bastante ativa na América Latina.

Desde 2019, após um congresso do grupo religioso em Campinas, município no interior de São Paulo, a Agência Pública acompanhou a atuação da rede no Brasil. Pela parceria com os outros países latino-americanos foi possível investigar a atuação do Exodus em cinco países da América Latina: Brasil, Peru, Paraguai, México e Equador.

Como a série traz, em primeira mão, uma investigação exclusiva sobre a atuação de grupos anti direitos LGBTQIA+, podemos classificá-las como reportagens investigativas originais. De acordo com Kovach e Rosenstiel (2003) este tipo se baseia pelo empenho dos repórteres em obterem informações de interesse público que pessoas ou instituições tentam manter em sigilo. É por meio de uma investigação minuciosa, que utiliza diferentes técnicas de apuração - quase que como uma investigação policial - que o repórter descobre informações exclusivas e as publica antes de todos os veículos. Por características em comum, todas as reportagens seguiram um primoroso critério de apuração, variando apenas as técnicas de cada texto.

Quanto à natureza das fontes, de acordo com Nilson Lage (2001, p. 62-71), elas se dividem em oficiais, oficiosas e independentes; primárias e secundárias; e testemunho e *experts*. As oficiais são representadas pelo Estado ou por organizações e empresas. Já as oficiosas não podem falar por ninguém, mas passam informações sigilosas importantes para a investigação, mas que precisam ser checadas. Já as independentes não têm relação de poder ou interesse.

Segundo Lage (2001), as fontes primárias fornecem informações essenciais para a reportagem, já as secundárias contribuem com uma visão mais genérica. As fontes testemunho são as que vivenciaram determinado acontecimento, já as *experts* são as que fornecem interpretações do evento.

A pesquisadora Quesada (1987, p.98) também classificou fontes jornalísticas, especificamente do gênero investigativo, e as divide em orais e escritas. Dentro das escritas, estão todas as documentações e textos em geral que contêm informações importantes para os jornalistas. Enquanto as fontes orais são as pessoas com quem o profissional fala, que se classificam em oficiais, representando órgãos, e oficiosas, que informam em seu próprio nome, mas *off the record*, ou seja, que não podem ser identificadas pelo jornalista ao publicar a matéria.

Na série de reportagens, foram consultados os diferentes tipos de fontes. Os repórteres entrevistaram vítimas que passaram por terapias de conversão, especialistas como advogados e psicólogos, consultaram estudos e documentações e também órgãos oficiais para dar credibilidade às informações. E foram os primeiros veículos a publicarem uma investigação sobre a atuação do grupo na América Latina, legitimando o ineditismo e importância do tema.

2.1 AS CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO INVESTIGATIVO PRESENTES NAS REPORTAGENS

Todas as matérias foram publicadas na mesma data. Mesmo que não seja necessário para o entendimento de cada reportagem, elas possuem uma ordem de organização. A primeira reportagem, que recebeu o título “O grupo cristão que atua para reprimir homossexualidade e identidade de gênero trans na América Latina”, assinada por Agência Pública, *Ojo Público*, *El Surtidor*, *Mexicanos contra la corrupción y la impunidad* e *La Barra* funciona como uma introdução do tema e resumo das

reportagens que compõem o especial. O texto traz um panorama geral sobre o problema e as violações dos direitos humanos presentes nas terapias conversivas realizadas na América Latina.

A segunda reportagem, intitulada “Maior congresso de sexualidade cristã do Brasil quer “restaurar” LGBTQI+”, escrita por Bruno Fonseca, da Agência Pública, acompanhou o congresso do Exodus Brasil em Campinas, que orientou jovens cristãos a abandonar “comportamento homossexual” e pessoas trans a reverter sua identidade de gênero.

Como fonte escrita, foi consultado um estudo focado em jovens lésbicas, gays e bissexuais feito pela Universidade Columbia, nos Estados Unidos. Como método de apuração, o repórter foi na 16ª edição do congresso de sexualidade Exodus Brasil, em Campinas, São Paulo, no final de 2019, a última antes da pandemia. Nesta reportagem, o repórter escreve sobre o congresso que acompanhou, narrando algumas falas de palestrantes e também participantes, além de relatar detalhes, por exemplo, sobre o custo do congresso e a proibição de fotos e filmagens no local. A narrativa, em terceira pessoa, possui uma proximidade com a linguagem do jornalismo literário, pelas descrições detalhadas e ambientação.

O repórter atua diretamente na história. De acordo com Sequeira (2005, p. 75), a técnica de se infiltrar no centro dos acontecimentos é uma das estratégias mais comuns na rotina de trabalho do repórter investigativo, em que ele omite sua identidade para conseguir apurar os fatos. “Rubens Valente [repórter investigativo] observa que no Código de Ética dos Jornalistas, votado em 1987 em congresso nacional dos profissionais de imprensa, não há nada que proíba o uso do recurso da infiltração pelo repórter investigativo” (SEQUEIRA, 2005, p. 76).

Já a terceira reportagem, “Para curar a homossexualidade, jovem teria sido submetida a isolamento, exorcismos e terapia em seminário evangélico”, de Mariama Correia, também da Agência Pública, é uma reportagem-perfil de uma pessoa que passou por terapia de conversão aos 19 anos em acampamento da Igreja Batista Lagoinha, da ministra Damares e da cantora Ana Paula Valadão.

Cláudia Baccile é a personagem, fonte primária e testemunho, quem vivenciou os acontecimentos. Além dela, também foram entrevistados o advogado Felipe Daier e o presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de

Psicologia de Minas Gerais, Reinaldo da Silva Júnior, que entram na classificação de fontes oficiais.

A quarta reportagem, intitulada “Abusos da fé: mentiras e torturas nas terapias de conversão no Peru”, é a primeira da parceria internacional, escrita pelas repórteres Lupe Muñoz e Gloria Ziegler do *OjoPúblico*. A matéria revela a atuação do grupo Exodus no Peru, também descreve outros casos de terapias reparativas e como funciona a legislação no país.

Na apuração, o *OjoPúblico* tentou falar com os diretores ou algum porta-voz de centros que funcionam como suporte do movimento Exodus no país, mas não obtiveram respostas até o fechamento da reportagem. Isso, no jornalismo investigativo, se chama ouvir “o outro lado”, ou seja, dar o direito de resposta aos envolvidos na história, que podem recusar-se a darem suas versões.

A reportagem também tem uma pesquisa extensa e cita informações de fontes como Organização Mundial da Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Empresarial da Municipalidade de Surquillo e o site do Conselho de Psicólogos do Peru. Esta foi a matéria que mais entrevistou fontes, foram 9 entrevistas no total, em que foram ouvidos personagens e especialistas, testemunhas e *experts*.

A investigação também traz o relato anônimo de uma vítima que não quis ser identificada, se classificando como uma fonte oficiosa por ter suas declarações em *off*. Além disso, a reportagem procurou meios de obter informações, mas que não foram atingidos com êxito. Registrar esse percurso também é uma forma de mostrar que a falta de informação também diz muito sobre a importância de se revelar e investigar aquele fato, como explicitado no trecho a seguir retirado da reportagem:

O OjoPúblico, por meio dos canais de transparência da Susalud, solicitou informações sobre denúncias que impliquem psicólogos no uso de terapias de conversão sexual, mas nos responderam que “não existem relatórios de investigações e punições a clínicas ou centros que ofereçam essas terapias”.

A quinta reportagem, “No Equador, a transfobia segue viva”, assinada por Desirée Yopez, traz relatos de pessoas que passaram por terapias de conversão no Equador, tanto para reverter a transexualidade quanto a homossexualidade. A partir de um processo de pesquisa, a repórter também escreve sobre a história do grupo Exodus.

A sexta reportagem, “No México, religiosos promovem “correção” da homossexualidade e combatem lei que proíbe terapia para LGBTQI+”, de Raúl Olmos

do *Mexicanos contra la Corrupción*, é o texto que mais se difere dos demais por não possuir entrevistas. A atuação do grupo no México, e também de outros grupos de igrejas católicas, é contada por meio da pesquisa do repórter em documentos e registros de sites e vídeos na internet.

Por fim, a sétima reportagem, “As terapias de igrejas que torturam jovens LGBTQI+ no Paraguai”, de Juliana Quintana do *El Surtidor*, explica bem o que são as terapias, traz dados, explicações e também relata a atuação do grupo no Paraguai. O texto é marcado por apresentar a história detalhada dos personagens, mesclando com dados e informações externas.

Após a análise separada de cada reportagem do especial, percebe-se que, apesar de utilizarem técnicas parecidas e partirem das mesmas características, cada repórter e organização tem seus próprios métodos de apuração e escrita. Como defende Sequeira (2005, p. 80) “pode-se concluir que, se cada reportagem investigativa é única e necessita de técnicas e metodologia próprias durante uma apuração, cada repórter também é único, na sua forma de avaliar e se relacionar com suas fontes”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro das sete reportagens que compõem o especial “Nega-te a ti mesmo”, da Agência Pública em parceria com veículos da América Latina, foi possível observar características marcantes do jornalismo investigativo, como o objetivo de revelar informações de interesse público utilizando métodos que se aproximam de uma investigação policial.

Além disso, o cuidado com a seleção de fontes e a variedade delas também é uma especificidade do gênero. A parceria entre veículos latino-americanos permitiu um aprofundamento no tema e um maior conhecimento do problema que se apresenta pelo continente, além do ineditismo da cobertura do tema na mídia.

Como houve uma variação de autores, não só do mesmo veículo como de veículos e países diferentes, foi possível observar características próprias de cada repórter, tanto na questão textual como também nos seus métodos de apuração.

Houve aqueles que se infiltraram para obter informações exclusivas, aqueles que apostaram em muitas entrevistas com fontes diversas, os que se dedicaram à pesquisa

em documentos e na internet. Mas, em todos eles, permaneceu a apuração minuciosa e checagem das informações que não estariam ao alcance do cidadão comum.

Apesar da relevância social do tema, as denúncias ainda não foram suficientes para que ocorressem mudanças significativas na sociedade. Isso porque o jornalismo sozinho não é capaz de mudar a legislação e a ação das pessoas, mas é uma ferramenta importante para pautar o assunto, servir de referência e ajudar a transformar a realidade.

REFERÊNCIAS

CORREIA, Mariama. Para curar a homossexualidade, jovem teria sido submetida a isolamento, exorcismos e terapia em seminário evangélico. *Agência Pública*, São Paulo, 17 de dez. de 2020. Disponível em:

<<https://apublica.org/2020/12/para-curar-a-homossexualidade-jovem-teria-sido-submetida-a-isolamento-exorcismos-e-terapia-em-seminario-evangelico/>>

COSTA, João Roberto Vieira da. *Comunicação de Interesse Público: ideias que movem pessoas e fazem um mundo melhor*. São Paulo: Jaboticaba, 2006.

FERREIRA, Gil Baptista. Qual o papel do jornalismo nas democracias contemporâneas? *Jornalismo público e deliberação política*. Exedra: *Revista Científica*, n. 1, p. 79-92, 2011.

FONSECA, Bruno. Maior congresso de sexualidade cristã do Brasil quer “restaurar” LGBTQI+. *Agência Pública*, São Paulo, 17 de dez. de 2020. Disponível em:

<<https://apublica.org/2020/12/maior-congresso-de-sexualidade-crista-do-brasil-quer-restaurar-lgbtqi/>>

FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Contexto, p. 23-73, 2005.

KOVACH, Bill & ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo – O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MUÑOZ, Lupe; ZIEGLER, Glória. Abusos da fé: mentiras e torturas nas terapias de conversão no Peru. OjoPúblico, *Agência Pública*, São Paulo, 17 de dez. de 2020. Disponível em:

<<https://apublica.org/2020/12/abusos-da-fe-mentiras-e-torturas-nas-terapias-de-conversao-no-peru/>>

NEGA-TE a ti mesmo. *Agência Pública*, São Paulo, 17 de dez. de 2020. Disponível em:

<<https://apublica.org/especial/nega-te-a-ti-mesmo/>>

O grupo cristão que atua para reprimir homossexualidade e identidade de gênero trans na América Latina. *Agência Pública*, Ojo Público, El Surtidor, Mexicanos contra la corrupción y la impunidad e La Barra Espaciadora do Equador, *Agência Pública*, São Paulo, 17 de dez. de 2020. Disponível em:

<<https://apublica.org/2020/12/organizacao-crista-internacional-exodus-promove-reorientacao-sexual-para-lgbtqi-na-america-latina/>>



OLMOS, Raúl. No México, religiosos promovem “correção” da homossexualidade e combatem lei que proíbe terapia para LGBTQI+. Mexicanos contra la Corrupción, *Agência Pública*, São Paulo, 17 de dez. de 2020. Disponível em:

<<https://apublica.org/2020/12/no-mexico-religiosos-promovem-correcao-da-homossexualidade-e-combatem-lei-que-proibe-terapia-para-lgbtqi/>>

QUESADA, Montserrat. *La investigación periodística - El caso español*. Barcelona: Editora Ariel, 1987.

QUINTANA, Juliana. As terapias de igrejas que torturam jovens LGBTQI+ no Paraguai. El Surtidor, *Agência Pública*, São Paulo, 17 de dez. de 2020. Disponível em:

<<https://apublica.org/2020/12/as-terapias-de-igrejas-que-torturam-jovens-lgbtqi-no-paraguai/>>

REIS, Mariana. Comunicar, resistir: um olhar sobre as práticas discursivas em rede do jornalismo independente no Brasil. *Vozes&Diálogo*. Itajaí, v. 16, n. 01, jan./jun. 2017.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. Summus Editorial, 2005.

YEPEZ, Desirée. No Equador, a transfobia segue viva. *Agência Pública*, São Paulo, 17 de dez. de 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/12/no-equador-a-transfobia-segue-viva/>>